Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.268 | Preço banca: R$ 3,50

Mercado eleva projeção para inflação, juros e dólar em 2026

Fux rebate críticas e diz ter percepção de que bets devem ser banidas

Página 4

Mega da Virada: Caixa anuncia que prêmio deve superar R$ 1 bilhão

Página 4

O mercado financeiro elevou as projeções para a taxa básica de juros (Selic), a inflação e o dólar neste ano e reduziu, pela terceira semana consecutiva, a estimativa de crescimento da economia.

Os dados constam do Boletim Focus, relatório semanal divulgado pelo Banco Central com projeções do mercado financeiro para inflação, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores.

Neste primeiro boletim após o resultado das eleições presidenciais, a projeção para a taxa básica de juros (Selic) ao final de 2026 passou de 13,25% na semana passada para 13,5% – mesmo patamar estimado há quatro semanas.

Atualmente, a Selic está em 13,75%, o que indica que o mercado ainda espera por um corte de 0,25 ponto percentual até o fim do ano.

Para 2027 e 2028, as projeções para a Selic estão em 12,5% e 11%, respectivamente. Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite o tempo fica aberto.

32º C
17º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,49
Venda: 5,49

Turismo
Compra: 5,53
Venda: 5,71

EURO

Compra: 6,15
Venda: 6,15

Novembro Azul

Saúde de São Paulo oferece check-up gratuito para homens



Foto: Divulgação Governo de SP

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo oferece um serviço de check-up de saúde gratuito para homens a partir dos 50 anos em Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) de todo o estado. O atendimento do programa "Filho que Ama Leva o Pai no AME" ocorre aos sábados e não exige encaminhamento médico prévio.

Embora ganhe maior visibilidade durante a campanha do Novembro Azul, dedicada à conscientização sobre a prevenção do câncer de próstata e o cuidado com a saúde masculina, o programa é permanente e funciona durante o ano todo. Página 2

Petrobras reajusta combustível de aviação em R$ 0,45 por litro

Página 3

Recebimento de vales-alimentação e refeição mudam a partir do dia 7

Página 6

Fuvest 2027 registra menor índice de abstenção da história, com 6,4%

Página 2

Inadimplência chega a 84,2 mi e atinge mais da metade dos adultos pela primeira vez

Página 3

Esporte

Andrea Kimi Antonelli se torna o mais jovem campeão da Fórmula 1

Por Tiago Mendonça

O piloto italiano Andrea Kimi Antonelli, de apenas 20 anos de idade, se tornou neste domingo, 1º de novembro, o mais jovem campeão da história da Fórmula 1, superando o recorde do alemão Sebastian Vettel, campeão aos 23 anos em 2010. Antonelli garantiu o título com quatro corridas de antecedência ao chegar em terceiro no GP da Cidade do México.

Um resultado bem superior ao nono lugar que ele precisava para selar matematicamente a conquista. É o primeiro título de um piloto italiano desde Alberto Ascari, em 1953; e o primeiro da Mercedes desde a "era Lewis Hamilton", fazendo valer o investimento e a aposta da montadora alemã no talento dele desde os 12 anos de idade.

"Eu não estaria aqui sem a Mercedes, sem a minha família, então eu sou muito grato a eles", comentou Antonelli, logo depois da corrida. "Ainda estou tentando processar o que aconteceu. Eu estava um pouco mais tenso hoje, mas agora podemos curtir o restante do campeonato. Foi uma temporada incrível e fico feliz de dividir o pódio com essas duas lendas", elogiou.

Ele se referia, claro, ao vencedor da prova, Max Verstappen, da Red Bull; e ao segundo colocado, Lewis Hamilton, da Ferrari. Juntos na imagem do pódio, eles somavam 12 títulos no total. Mas o GP da Cidade do México foi muito além da esperada confirmação do título de Andrea Kimi Antonelli, que venceu nove das 19 provas realizadas até aqui.

A corrida teve muita tensão e discussão pelos lados da Ferrari. No sábado, Lewis Hamilton conquistou a pole position, sua primeira pela equipe italiana e a 105ª da carreira. A festa acabou virando um climão no domingo, quando ele e o companheiro de equipe, Charles Leclerc, se estranharam nas primeiras curvas, com um alto nível de agressividade.

Leclerc atacou Hamilton por fora na freada da curva 4, o britânico não aliviou e ambos espalharam. Leclerc cortou caminho na chicane e voltou à frente, enquanto Hamilton perdeu velocidade e foi ultrapassado também por Verstappen. A direção de prova entendeu que Leclerc merecia punição pelo ocorrido, e aplicou 5s a ele na parada de box, punição considerada branda por Hamilton.

No briefing, ficou acordado que quem cortasse caminho e não devolvesse a posição até a curva 12 seria punido em 10s. No entanto, os comissários viram na defesa de Hamilton um fator mitigante, reduzindo a pena do adversário. Ao realizar seu pit stop na volta 27, cumprindo o tempo extra de punição, Leclerc perdeu a liderança – e a possível vitória – para Verstappen.



Foto: Jiri Krenek / Active

Pódio *no Mexico com Verstappen, Hamilton e Antonelli*

"Estou tendo dificuldades para aceitar isso. É falta de respeito pela marca, por todas as pessoas que trabalham. Desperdiçar uma vitória assim é difícil. Eles precisam entender que não estão correndo apenas por si mesmos", lamentou Fred Vasseur, chefe de equipe da Ferrari. O resultado da corrida também deixou Verstappen mais perto (e os pilotos da Ferrari mais longe) do vice-campeonato.

O brasileiro Gabriel Bortoleto, da Audi, teve um fim de semana difícil, com troca de componentes da unidade de potência e pouco tempo de pista. Ainda assim, acabou em oitavo, depois das punições a Oscar Piastri (por acidente com Arvid Lindblad), Franco Colapinto e Pierre Gasly (por não reduzirem a velocidade sob bandeira amarela).

A próxima corrida é o GP de São Paulo, em Interlagos, no dia 8 de novembro.Pictures

Rodrigo Varela conquista o Pentacampeonato Brasileiro de UTV

Versatilidade, velocidade e uma impressionante coleção de títulos. Assim pode ser resumida a temporada de Rodrigo Varela (Monster Energy/Can-Am/Divino Fogão/Cateno/Motul), que no último domingo (1º) escreveu mais um capítulo de destaque em sua trajetória no esporte a motor nacional ao conquistar, em Itatinga (SP), o pentacampeonato brasileiro de Rally Raid na categoria Ultimate UTV, principal divisão da modalidade.

A conquista coroou uma sequência extraordinária de resultados. Apenas duas semanas antes, o piloto paulista havia garantido, de forma invicta, os títulos dos Campeonatos Brasileiro e Gaúcho de Rali de Velocidade, na categoria Rally 2 (4x4), também a principal da modalidade. Um desempenho que evidencia sua capacidade de competir em alto nível em duas disciplinas distintas do rali nacional.

"Deu tudo certo, fomos campeões brasileiros. A equipe está de parabéns pelo excelente trabalho. Foi uma temporada incrível", comemorou Rodrigo Varela, que teve ao seu lado no pódio o navegador mineiro Matheus Mazzei.

A decisão do Campeonato Brasileiro Sportbay CBM de Rally Raid, disputada em Itatinga, exigiu estratégia e controle da dupla Varela/Mazzei.

Na primeira prova da rodada paulista, os dois terminaram na segunda colocação. Na sequência da competição, enfrentaram problemas que comprometeram o desempenho e concluíram a disputa em sexto lugar. O resultado, entretanto, foi suficiente para assegurar matematicamente o título brasileiro de 2026.

A conquista foi construída ao longo de uma campanha marcada pela regularidade e por três importantes vitórias: RN 1500, Rally Minas Brasil e Sertões Series Paraná. A dupla também encerrou o Sertões Series na terceira colocação, reforçando a consistência apresentada durante a temporada.

Além do entrosamento com Matheus Mazzei, outro fator determinante foi o trabalho do Varela Rally Team, responsável pela preparação e manutenção do Can-Am utilizado pelo piloto. A competitividade e a confiabilidade do equipamento foram fundamentais para enfrentar as exigências das diferentes provas do calendário.

"O Matheus foi sempre preciso, e nosso Can-Am esteve impecável durante a temporada, muito bem ajustado pelo Varela Rally Team. Tanto que meu irmão Bruno foi campeão do Sertões Series e meu pai, Reinaldo, foi campeão da Over 55", destacou Rodrigo.

Os resultados também evidenciam a força da tradicional família Varela no off-road, conhecida no meio esportivo como a "Família da Poeira".

Novembro Azul

Saúde de São Paulo oferece check-up gratuito para homens

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo oferece um serviço de check-up de saúde gratuito para homens a partir dos 50 anos em Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) de todo o estado. O atendimento do programa "Filho que Ama Leva o Pai no AME" ocorre aos sábados e não exige encaminhamento médico prévio.

Embora ganhe maior visibilidade durante a campanha do Novembro Azul, dedicada à conscientização sobre a prevenção do câncer de próstata e o cuidado com a saúde masculina, o programa é permanente e funciona durante o ano todo. Para ter acesso ao serviço, a solicitação deve ser feita pelo próprio paciente no mês do seu aniversário.

Para participar, o paciente deve ligar para o telefone 0800-779-0000 e informar seus dados pessoais ou agendar pelo aplicativo do Poupatempo.

Como funciona o atendimento

O atendimento é dividido em pelo menos dois sábados. No primeiro, o paciente passa por uma consulta de enfermagem, com avaliação de peso, altura e risco cardíaco, além de exames laboratoriais de sangue e eletrocardiograma.

No sábado seguinte, são realizadas consultas com cardiologista e urologista para avaliação dos resultados. Caso sejam identificadas alterações, o paciente poderá ser encaminhado para exames complementares e acompanhamento na rede de saúde.

A campanha também incentiva filhos e familiares a estimularem os homens a procurar atendimento médico regularmente. Os atendimentos são realizados aos sábados, a partir das 7h, com funcionamento até as 13h. Os pacientes são encaminhados para a unidade de referência mais próxima de seu município.

Unidades participantes

O atendimento é realizado em mais de 20 unidades estaduais espalhadas pela Capital, Grande SP, Interior e Litoral.

Equipamentos da Secretaria da Cultura de SP integram a programação da Virada Sustentável 2026

A Virada Sustentável, maior festival de sustentabilidade da América Latina e um dos maiores do mundo, contará com a participação de equipamentos da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo em sua programação. A iniciativa reforça o papel da cultura como ferramenta de transformação e renovação para a construção de um futuro mais verde para todos.

O festival, que chega à sua 16ª edição, trabalhará o tema "O futuro é hoje – Conectando quem transforma o presente"; e reunirá centenas de organizações da sociedade civil, órgãos públicos, empresas, escolas e universidades para apresentar questões relacionadas à sustentabilidade de maneira positiva, criativa e acessível ao público.



Foto/Divulgação Governo de SP

O *festival tem como tema "O futuro é hoje – Conectando quem transforma o presente*

"A Virada Sustentável ganha ainda mais força quando ocupa os territórios da cidade. Levar essa agenda para as Fábricas de Cultura, os museus e as salas de concerto é democratizar o debate socioambiental e provar que criatividade, preservação e cidadania caminham lado a lado", destaca Marília Marton, secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo.

Durante os quatro dias de programação, oficinas, debates, mutirões, exibições e ativações ocuparão diferentes espaços urbanos, em uma agenda descentralizada que conecta linguagens artísticas, públicos e territórios. A programação também contempla fóruns, encontros, mostras artísticas, eventos especiais, ações em rede, iniciativas de engajamento e atividades educativas. (Governo de SP)

Anvisa interdita parte de terminal no Porto de Santos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou a interdição parcial do Brasil Terminal Portuário S.A. (BTP), localizado no Porto de Santos (SP), após identificar irregularidades sanitárias durante inspeção de rotina baseada em análise de risco.

A resolução da Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da agência foi assinada em 29 de outubro e publicada na edição da terça-feira (3) do Diário Oficial da União.

Com a decisão, ficam suspensas as atividades de recebimento e armazenagem de insumos médicos com alta sensibilidade a variações térmicas e de suas matérias-primas, além de medicamentos, itens farmacêuticos e produtos sujeitos a controle especial.

A medida preventiva tem como objetivo evitar riscos à qualidade, à segurança e à eficácia dos produtos armazenados no terminal até que as inconformidades sejam corrigidas.

Irregularidades

Segundo a Anvisa, a fiscalização constatou a ausência de área reservada ao armazenamento de produtos com suspeita de comprometimento da qualidade ou interditados pelas autoridades sanitárias.

O espaço, de acordo com a regulamentação, deve atender a requisitos específicos de conservação e controle de temperatura.

A inspeção também identificou a falta de áreas separadas, trancadas e de acesso restrito para a guarda de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, em diferentes condições de temperatura, como exige a legislação sanitária.

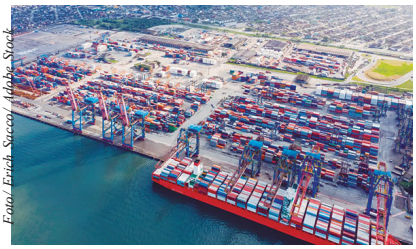


Foto: Erich Sucoy / Adobe Stock

De acordo com a agência, as irregularidades descumprem dispositivos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 938/2024 e da Portaria nº 344/1998, que estabelecem regras para armazenamento e controle de medicamentos e substâncias sujeitos à fiscalização especial.

A companhia informa que atendeu prontamente às orientações da Anvisa e que o terminal já opera normalmente. "A Brasil Terminal Portuário (BTP) reafirma seu compromisso de prestar serviços portuários de qualidade, atuando com diligência e cumprindo os requisitos estabelecidos pelas agências reguladoras." (Agência Brasil)

Fuvest 2027 registra menor índice de abstenção da história, com 6,4%



Foto/Rafael Silveira/Fuvest

A primeira fase do Vestibular 2027 da Fuvest, realizada no domingo (1º), registrou o menor índice de abstenção da história do exame: 6,4%. Dos 106.165 candidatos inscritos, apenas 6.834 não compareceram aos locais de prova. Aplicada em 88 escolas de 31 cidades, incluindo municípios da Região Metropolitana de São Paulo, do interior e do litoral paulista, além de Fortaleza (CE), a avaliação trouxe questões relacionadas à cultura pop e a temas da atualidade, como inteligência artificial, mudanças climáticas, relações de trabalho e sustentabilidade. Uma questão de Matemática foi anulada pela organização após a identificação de um erro no enunciado (veja mais detalhes abaixo).

O índice de abstenção deste ano ficou abaixo dos registrados nas duas edições anteriores. Em 2025, 9,1% dos inscritos não compareceram, enquanto, em 2024, a taxa foi de 7,4%. Entre as cidades onde a prova foi aplicada, Fortaleza teve o maior percentual de ausências, com 9%. São José do Rio Preto apresentou o menor índice, de 3,5%. Na capital paulista, a abstenção foi de 7,2%, a quarta maior entre as cidades participantes.

Cultura pop e temas da atualidade

A prova deste ano trouxe referências a artistas, produções culturais e acontecimentos recentes para contextualizar questões de diferentes disciplinas. Em Biologia, os candidatos precisaram conhecer a síndrome genética rara associada ao ator Gaten Matarazzo, da série Stranger Things.

O cantor porto-riquenho Bad Bunny também apareceu no exame. Uma fotografia do artista segurando uma bandeira não oficial de Porto Rico durante o show do intervalo do Super Bowl serviu de base para questões sobre simbologia e as relações entre o território e os Estados Unidos.

Outras referências culturais incluíram a música Meninos e Meninas, da Legião Urbana, e uma imagem gerada por inteligência artificial que representava as cantoras Maria Rita e Elis Regina, mãe e filha. Em outra questão, os vestibulandos deveriam analisar a organização dos elementos de uma tabela periódica tridimensional construída com peças de Lego.

O maior drop de skate do mundo, realizado pelo skatista Sandro Dias, o Mineirinho, em uma rampa lateral de um prédio em Porto Alegre, foi utilizado como contexto para uma questão de Física.

Entre os temas contemporâneos, a prova abordou o fim da jornada de trabalho 6×1 e a resistência patronal, relacionando o assunto a conceitos sobre exploração da força de trabalho apresentados por Karl Marx na obra O Capital.

A avaliação também tratou dos impactos das mudanças climáticas sobre o comportamento de espécies vegetais, da comparação financeira entre carros elétricos e modelos a gasolina e da influência dos chamados influenciadores fitness na percepção do público sobre o corpo e os padrões estéticos.

Fuvest anula questão de Matemática por erro em coordenada geográfica

A Fuvest anunciou na segunda-feira (2) a anulação da questão 23 da prova V1 da primeira fase após identificar um erro na indicação de uma coordenada geográfica no enunciado. A fundação explicou que, do ponto de vista estritamente matemático, a questão apresentava uma resposta correta. No entanto, a representação em mapa e a identificação das cidades continham um erro que comprometia a formulação do problema.

Segundo a organização, se as cidades tivessem sido identificadas apenas por letras, como X e Y, sem a representação geográfica, a questão teria cumprido seu objetivo. A Fuvest reconheceu, porém, que a inconsistência no enunciado era suficiente para justificar a anulação.

A fundação também informou que passará a submeter questões interdisciplinares de Matemática à revisão de especialistas de todas as áreas envolvidas na elaboração, procedimento que já é adotado nas demais grandes áreas do conhecimento. A medida busca evitar problemas em questões que relacionam conteúdos de diferentes disciplinas. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Agora que o vereador Pavanato (PL), eleito 2026 deputado federal será oposição ao PT e ao 'centrão' na Câmara Deputados(as), deverá demonstrar o que é ter a 2ª maior votação da história do Brasil [3 milhões de votos]

.

PREFEITURA (São Paulo)
Agora que o prefeito Ricardo Nunes (MDB) comemora o 7º ano do GP F1 em Interlagos, ele lembra que o governador fluminense Witzel (PSC) - cassado pela ALERJ - afirmou que a prova no Brasil voltaria ao Rio em 2020

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Agora que a bancada do PL, do deputado-presidente André Prado [eleito senador 2026], teve Eduarda Campopiano eleita 2026 com quase 2 milhões de votos, suas colegas sabem que ela não será a 1ª presidente da história

.

GOVERNO (São Paulo)
Agora que o reeleito 2026 governador Tarcísio terá quase 4 anos pra fazer campanha pela Presidência 2030, começa a avaliar entre permanecer no 'exército' republicano ou servir a tropas que poderá realmente comandar

CONGRESSO (Brasil)
Agora que senadores(as) e deputados(as) que se identificam como cristãos - derrotados(as), ainda que reeleitos(as) - não têm mais como afirmar servir apenas a um DEUS, devem [em 2028] se religar ao Único e Verdadeiro

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Agora que políticos republicanos [ainda sob Trump] e democratas [ainda sem candidatura pra 2028] possam dizer gostar do reeleito [pela última vez] Lula (PT), poderão tocar sua "música econômica" como "canto do cisne"

.

PARTIDOS (Brasil)
Agora que os irmãos Bolsonaro [ex-deputado federal SP Eduardo e senador Rio Flavio] estão sobrevivendo nos USA, o PL [do Costa Neto desde os anos 2000] precisa se consolidar como maior partido da América do Sul

.

ANO 34
O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Mas, se alguém tem falta de sabedoria, peça a Deus, e Ele a dará porque é generoso e dá com bondade a todos. Porém peçam com fé e não duvidem de modo nenhum, pois quem duvida é como as ondas do mar, que o vento leva de um lado para o outro." **Tiago 1.5,6 (NTLH)**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Mercado eleva projeção para inflação, juros e dólar em 2026

O mercado financeiro elevou as projeções para a taxa básica de juros (Selic), a inflação e o dólar neste ano e reduziu, pela terceira semana consecutiva, a estimativa de crescimento da economia.

Os dados constam do Boletim Focus, relatório semanal divulgado pelo Banco Central com projeções do mercado financeiro para inflação, câmbio, taxa Selic, entre outros indicadores.

Neste primeiro boletim após o resultado das eleições presidenciais, a projeção para a taxa básica de juros (Selic) ao final de 2026 passou de 13,25% na semana passada para 13,5% – mesmo patamar estimado há quatro semanas.

Atualmente, a Selic está em 13,75%, o que indica que o mercado ainda espera por um corte de 0,25 ponto percentual até o fim do ano.

Para 2027 e 2028, as projeções para a Selic estão em 12,5% e 11%, respectivamente.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para controlar a inflação. Juros mais altos encarecem o crédito e ajudam a reduzir a demanda e os preços, mas podem frear a atividade econômica.

Juros menores estimulam o consumo e os investimentos, favorecendo o crescimento, mas podem pressionar a inflação.

Inflação

Utilizado para medir a inflação oficial do país, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também está entre as projeções do Boletim Focus.

As estimativas do mercado financeiro para 2026 subiram de 5,19% há uma semana, para 5,22%. Há quatro semanas, a projeção para o IPCA era de 5,01%.

Para 2027, o mercado projeta inflação de 4,76%. Para 2028, a expectativa é de 4%.

A prévia da inflação oficial ficou em 0,32% em outubro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA-15 acumula alta de 4,62% em 12 meses, acima do teto da meta de inflação.

A desaceleração em relação a setembro (0,70%) foi influenciada principalmente pela queda da energia elétrica residencial, após a adoção da bandeira tarifária verde no mês de outubro.

A maior pressão de alta veio dos alimentos, com destaque para tomate (24,54%), cebola (13,63%), batata-inglesa (10,96%) e arroz (5,80%).

Economia

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), soma dos bens e serviços produzidos no país, o mercado financeiro reduziu, pela terceira semana consecutiva, as projeções para 2026.

Há uma semana, o mercado projetava crescimento de 1,8% para o PIB em 2026. Na atual edição do Boletim Focus, essa estimativa recuou para 1,76%. Para 2027, a expectativa é de crescimento de 1,2% e para 2028, 1,8%.

Câmbio

As projeções para a cotação do dólar ao final do ano subiram de R$ 5,05, há uma semana, para R$ 5,34.

O mercado estima que, em 2027, a moeda norte-americana encerrará o ano cotada a R$ 5,40. Para 2028, a projeção se mantém em R$ 5,40. (Agência Brasil)

Petrobras reajusta combustível de aviação em R$ 0,45 por litro

A Petrobras anunciou reajuste médio de 7,2% no querosene de aviação vendido às distribuidoras, no domingo (1°). Isso corresponde a um aumento de R$ 0,45 por litro em relação ao mês anterior.

Em outubro, o combustível utilizado em aviões e helicópteros já havia sofrido reajuste médio de 11,76%, ou 0,65 centavos por litro.

A estatal tem participação de cerca de 85% na produção do QAV nacional, mas o mercado é aberto à livre concorrência, sem restrições para outras empresas atuarem como produtoras ou importadoras.

De acordo com a companhia, o reajuste se deve ao aumento da cotação internacional do combustível, "em um cenário de intensificação das tensões geopolíticas no Oriente Médio e de redução da capacidade de refino na Rússia e na Ucrânia em decorrência do conflito entre os dois países."

A Petrobras ressalvou, em nota, que as variações acumuladas no Brasil são menores do que as observadas no mercado internacional, onde os reajustes chegam a ser diários, desde o início do conflito no Oriente Médio. Aqui, o valor é reajustado mensalmente.

A companhia disse também que segue uma "fórmula paramétrica prevista em contrato", que vem amortecendo as oscilações de curto prazo, "resultando em reajustes mais moderados do que os observados internacionalmente."

Apesar disso, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas Aéreas, a participação do QAV nos custos operacionais das companhias brasileiras subiu de 30% para mais de 45% desde o início dos conflitos no Oriente Médio. (Agência Brasil)

Inadimplência chega a 84,2 milhões e atinge mais da metade dos adultos pela primeira vez

O Brasil chegou a 84,2 milhões de inadimplentes em setembro, o maior número da série histórica da Serasa, iniciada em 2016. O contingente equivale a 51,1% da população adulta, e é a primeira vez que o índice passa de metade, segundo o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas, divulgado pela empresa.

Os débitos em atraso totalizam R$ 597,4 bilhões, alta de 0,90% em relação a agosto. São 352,7 milhões de dívidas, o que dá uma média de 4,2 pendências por pessoa. Cada inadimplente deve, em média, R$ 7.093,83, e o valor médio de cada dívida é de R$ 1.693,68.

Em um ano, segundo a Serasa, o número de inadimplentes cresceu 6%, na comparação de setembro de 2025 com o mesmo mês de 2026. Desde 2020, a alta acumulada é de 34,17%.

A Serasa afirma que o ritmo de crescimento desacelerou desde abril, mas que a inadimplência segue em alta.

"A inadimplência cresceu 34,17% desde 2020 e aumentou 6% apenas de setembro de 2025 para o mesmo mês desse ano. É o maior índice da série histórica. Desde abril, observamos uma desaceleração no ritmo de crescimento, mas o número continua aumentando", disse Aline Maciel, diretora da Serasa, no material de divulgação dos dados.

A composição das dívidas também mudou. Bancos e cartões de crédito continuam na liderança, com 27,16% do total devido. Pela primeira vez, as financeiras ocupam o segundo lugar, com 20,66%, ante 20,14% no período anterior.

Com isso, superaram as contas básicas de água, luz e gás, que passaram de 20,71% para 20,32% do total. Para a Serasa, o movimento indica avanço do peso das dívidas com instituições financeiras no perfil da inadimplência.

FEIRÃO LIMPA NOME

A Serasa lançou na terça-feira (3) a 36ª edição do Feirão Limpa Nome, o maior já realizado pela empresa. O mutirão reúne 3,3 mil empresas parceiras e mais de 750 milhões de ofertas de renegociação, volume 14% superior ao da edição do ano passado. Os descontos chegam a até 99%.

As negociações vão até o dia 6 de dezembro, pelo site e pelo aplicativo da Serasa. O atendimento presencial é feito nas mais de 7 mil agências dos Correios, sem taxa, mediante apresentação de documento oficial com foto. (Folhapress)

Governo prepara ajuste fiscal gradual que 'respeita compromissos de campanha', diz Durigan

O ministro da Fazenda Dario Durigan afirmou na terça-feira (3) que o governo federal prepara um ajuste fiscal gradual que respeite os compromissos de campanha, mas também melhore o estado das contas públicas no país.

"O projeto que o presidente Lula apresentou e saiu vitorioso das urnas é um projeto generoso com o país, que se compromete com as diferentes classes e diferentes categorias do país, e ao mesmo tempo com melhora fiscal", disse o ministro a jornalistas.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, o Ministério da Fazenda prepara uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para permitir ao novo governo buscar o centro da meta fiscal e congelar mais recursos do Orçamento, caso isso seja necessário para melhorar a trajetória da dívida pública.

O ministro disse ainda que as seis indicações ao Banco Central às quais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá direito respeitarão o "rigor técnico", e buscou afastar rumores de que o presidente Lula se encontrará com o economista André Lara Resende.

Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, propôs uma espécie de desindexação entre a taxa Selic, definida pelo Banco Central, e a rolagem da dívida pública, que já atingiu 82,9% do PIB. A proposta, tida como heterodoxa, gerou temores no mercado.

"Até agora não tem nenhuma agenda colocada. Há uma precipitação muito grande sobre com quem o presidente vai falar ou não, porque não há agenda colocada", afirmou Durigan. O ministro definiu a ideia de Lara Resende como incipiente e com "várias deficiências".

Lara Resende defende que o problema fiscal do Brasil está nos juros, e não no gasto primário, e retomou a tese em artigo publicado no fim de setembro. A Selic elevada faz os encargos da dívida crescerem a um ritmo que a produção de riqueza do país não consegue acompanhar. Para ele, isso explica a trajetória explosiva da dívida pública brasileira, hoje em 82,9% do PIB.

Como mostrou a Folha de S. Paulo, o mercado financeiro tem pressionado o governo a apresentar um pacote de ajuste fiscal para conter a trajetória da dívida pública e anunciar o nome do próximo ministro da Fazenda.

O chefe da equipe econômica disse não ter discutido sua sucessão com o presidente Lula. Rafael Fonteles (PT), governador do Piauí, e o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), estão entre os nomes cotados para assumir a pasta. (Folhapress)

Primeira parcela do 13º é paga até dia 30

O pagamento da primeira parcela do 13º salário deve ser feito a trabalhadores contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e a servidores públicos até o dia 30 de novembro. Neste ano, a data cai em uma segunda-feira.

Por lei, a gratificação natalina pode ser dividida em duas parcelas. A primeira delas deve ser quitada entre fevereiro e novembro, e a segunda, até 20 de dezembro. Neste ano, o dia 20 cairá no domingo, e a segunda cota deverá ser antecipada para a sexta-feira, 18 de dezembro.

Têm direito ao 13º trabalhadores contratados pela CLT, servidores públicos e aposentados e pensionistas da Previdência Social e de regimes próprios.

Segundo a advogada trabalhista Maria Eduarda Martins Guedes Nunes, do Mauro Menezes & Advogados, a orientação é para que as empresas antecipem o depósito para o dia útil que antecede a data-limite. "Isso é importante porque a legislação estabelece expressamente o dia 20 de dezembro como prazo para quitação do 13º, fixando a data como limite máximo de pagamento", explica.

Maria Eduarda afirma que acordos e convenções coletivas de categorias podem trazer regras diferentes, determinando a antecipação quando o vencimento cair em algum dia sem expediente. Em geral, esses instrumentos trazem também consequências caso o empregado descumpra a lei.

Para receber o 13º, o profissional deve ter trabalhado por pelo menos 15 dias no mês. As empresas podem ainda optar por pagar o benefício em uma única parcela, mas não há consenso se o pagamento deve ser feito até 30 de novembro ou até 20 de dezembro. Especialistas recomendam aos empregadores que optarem pela cota única fazerem o pagamento já em novembro.

O valor, que corresponde à metade do salário mais os adicionais que houver, também pode ser pago nas férias ou no aniversário do trabalhador, como ocorre com servidores. Aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) já receberam o 13º em abril e maio deste ano. A gratificação natalina é um direito assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pela lei n.º 4.090, de 1962.

A reforma trabalhista de 2017 incluiu o artigo 611-B na legislação, impedindo que o 13º deixe de ser pago ou sofra redução por meio de negociação coletiva. Além disso, diz ela, o 452-A trata do pagamento proporcional para contratos intermitentes, criados na reforma do governo de Michel Temer (MDB). Ao receber no mês em que trabalhou, o empregador já paga o 13º proporcional referente aos dias. (Folhapress)

AgroNotícias



Mauricio Picazo Galhardo

CENSO AGROPECUÁRIO 2027

O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) sediou a apresentação das ações do Censo Experimental do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, além do lançamento nacional do Cadastro Prévio de Estabelecimentos Agropecuários. Desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a ferramenta permitirá atualizar a base cadastral que subsidiará a coleta de informações prevista para 2027. Sob o lema "Juntos vamos colher a maior safra de dados do Brasil", o 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola deverá abranger aproximadamente 5 milhões de estabelecimentos agropecuários em todos os municípios brasileiros.

DIÁLOGO COM O GOVERNO

Após o encerramento das eleições de 2026, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) promoveu sua primeira reunião-almoço para definir os próximos encaminhamentos da bancada. Na ocasião, o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), afirmou que a frente apoiará iniciativas do governo alinhadas aos interesses dos produtores rurais. Segundo o parlamentar, a bancada pretende atuar de forma conjunta nas pautas convergentes com o setor agropecuário, mantendo uma postura firme diante de propostas que contrariem seus interesses.

OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, recebeu, representantes do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (Grulac) para discutir oportunidades de cooperação. Formado por embaixadores e representantes de 33 países, o grupo constitui um espaço de articulação voltado à construção de posições conjuntas sobre temas de interesse regional em fóruns multilaterais.

TRIGO/CEPEA

A expectativa de uma safra expressiva de trigo na Argentina, aliada ao enfraquecimento das exportações dos Estados Unidos, pressionou as cotações internacionais do cereal na última semana. No mercado brasileiro, entretanto, a oferta limitada de trigo destinado à moagem tem contribuído para sustentar os preços internos, apesar da maior competitividade do produto importado. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), a Bolsa de Comércio de Rosário (BCR) revisou para cima a estimativa de produção argentina de trigo para a safra 2026/27, de 21 milhões para 23,8 milhões de toneladas.

SAFRA DE GRÃOS 2026/27

A safra de grãos 2026/27 apresenta perspectivas de novos recordes de produção nos cenários paulista e nacional. Conforme análise do Departamento Econômico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), baseada no primeiro levantamento da safra de grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a expansão da área cultivada sustenta o crescimento das estimativas para o novo ciclo. Em São Paulo, a produção total de grãos deverá alcançar 12,43 milhões de toneladas, volume inédito para o Estado.

RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS

Por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Governo do Estado de São Paulo elaborou um diagnóstico técnico sobre a crise de renda enfrentada pelas cadeias produtivas da cana-de-açúcar, da laranja e do amendoim. O estudo reúne informações econômicas, climáticas e fitossanitárias que evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos produtores paulistas.

SOU DE ALGODÃO

O Sou de Algodão, iniciativa da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), celebrou dez anos de atuação. Ao longo dessa trajetória, o programa tem promovido a aproximação entre produtores, indústria, criadores e consumidores, ampliando a presença do algodão brasileiro no universo da moda e no vestuário nacional.

MASTERCANA BRASIL 2026

Eduardo Leão, diretor de Estratégia e Novos Mercados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA), foi homenageado na categoria Mais Influentes do Setor durante a cerimônia do MasterCana Brasil & Award 2026, realizada dia, 26 de outubro, em São Paulo. O reconhecimento destaca sua trajetória profissional e sua contribuição para o desenvolvimento, a promoção e a internacionalização da bioenergia brasileira. (Com informações de assessorias e IA)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista



Fux rebate críticas e diz ter percepção de que bets devem ser banidas

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), rebateu na terça-feira (3) críticas sobre a escolha de participantes para a audiência pública convocada por ele sobre a proibição das bets no Brasil.

Fux destacou que em uma primeira audiência sobre as apostas online, convocada por ele em novembro de 2024, ouviu durante dois dias entidades contrárias à autorização das bets no país, que expuseram os malefícios para a sociedade da ludopatia - o vício em jogos de azar.

"Ninguém aqui falou bem", destacou o ministro após citar entidades como a Associação Nacional de Psiquiatria, o Instituo de Defesa do Consumidor (Idec), o Instituto Alana, a Educafro, o grupo Mulheres do Brasil, a Associação Nacional dos Aposentados e o Instituto para o Desenvolvimento do Varejo, entre outras que enviaram representantes para falar na audiência de 2024.

O ministro disse ter ficado convencido, na ocasião, de que as apostas online são "um problema de saúde pública". Ele ainda afirmou ter formado "a percepção de que as bets devem ser banidas". Em seguida, ele veiculou parte de seu voto sobre o assunto, no plenário do Supremo, em que critica as apostas online.

Na ocasião, em agosto de 2026, o julgamento acabou interrompido por um pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro Flávio Dino.

Críticas

Antes da audiência desta terça, Fux foi alvo de críticas, sobretudo em redes sociais, por ter autorizado em sua maioria a participação de entidades críticas à proibição das bets no Brasil, como representantes de times de futebol e de associações que representam empresas do setor.

"Não procede a alegação de que só convoquei empresas e times de futebol", rebateu. Ele acrescentou ter autorizado, por exemplo, a participação de entidade ligada ao setor de supermercados, após notícias sobre o aumento do consumo de alimentos após a proibição das bets.

No domingo (1º), o ministro autorizou, a pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) também a participação, nesta terça, de mais representantes do governo, como do Ministério da Saúde e da Justiça e Segurança Pública.

Ao abrir a audiência desta terça, o ministro disse que os processos relativos as bets estavam instruídos com muitas informações sobre os malefícios da atividade, mas que é obrigado a colecionar para a avaliação dos demais ministros informações sobre novos argumentos trazidos ao caso, ligados a temas como segurança jurídica.

Após a fala do ministro, a audiência pública deve seguir pela manhã e tarde da terça-feira (3).

Entenda

Fux é relator de oito ações diretas de inconstitucionalidade sobre as bets - seis foram abertas após o governo ter regulado a atividade, em 2023, e outras duas foram abertas após presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter editado uma Medida Provisória para proibir por completo as apostas online no país, em outubro.

Entidades como a Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) pediram ao STF liminares (decisões provisórias) para suspender a MP. Fux, no entanto, decidiu convocar nova audiência pública sobre o assunto e tem indicado que levará o assunto direto para julgamento em plenário. (Agência Brasil)

Economista de Plano Real acusa Banco Central de causar rombo fiscal via juros

O artigo de um dos economistas da equipe que elaborou o Plano Real, professor André Lara Resende, tem ganhado destaque nos últimos dias por acusar o Banco Central (BC) de causar desequilíbrio fiscal no Brasil por meio das altas taxas de juros. O especialista defende novas regras para as despesas e os juros no país.

"Acuso o Banco Central de sustentar, em nome de uma teoria anacrônica, a taxa de juros que é a principal causa do desequilíbrio fiscal que diz combater."

Formado pela PUC do Rio de Janeiro, André Lara Resende tem PhD em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos, além de ter atuado em instituições financeiras no Brasil.

O especialista questiona a teoria econômica defendida pelo mercado financeiro e pelo BC para justificar a taxa Selic em 13,75% ao ano. Segundo ranking da Moneyou, o Brasil tem a taxa de juros real mais alta do mundo.

"Acuso a grande imprensa de repetir, sem exame, que o problema está no gasto primário, quando está nos juros. Acuso os analistas do mercado financeiro de confundir o interesse dos rentistas com a racionalidade econômica."

Escrito às vésperas do primeiro turno eleitoral, o artigo de André Lara Resende ainda acusou "todos os que, sabendo que juros absurdos inviabilizam o país, preferem o conforto do consenso ao incômodo da verdade".

O Banco Central justifica os juros elevados, entre outros motivos, devido às pressões inflacionárias e aos déficits fiscais primários nas contas públicas, que é quando as despesas superam as receitas, excluindo os gastos com a dívida.

Segundo a autoridade monetária, os gastos primários maiores que arrecadação pressionam a inflação.

Dívida e déficit públicos

Apesar de reconhecer que o Brasil gasta mal e aloca recursos de forma "irracional", como nos casos das emendas parlamentares, das vantagens salariais do Judiciário e das isenções tributárias "de toda ordem", André Lara Resende demonstra que o Brasil tem um déficit fiscal pequeno, entre os menores do mundo.

"Quando se exclui o serviço da dívida, as contas estão praticamente equilibradas. A grande despesa do Estado é com os juros sobre a dívida", escreveu.

A dívida pública brasileira cresceu de 71,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022 para cerca de 82,9% do PIB em agosto de 2026. Para combater esse aumento, analistas do mercado financeiro tem cobrado corte de despesas da União, o que tende a afetar as políticas sociais.

O professor André Lara Resende reconhece que o crescimento da dívida é insustentável, mas destaca que o problema não está nos "gastos primários", que são as despesas com serviços públicos que o mercado financeiro cobra para reduzir.

"Nos últimos anos, exceto durante a Covid, o resultado primário foi apenas ligeiramente negativo; já o déficit nominal, puxado pelos juros, foi sempre alto e agora aproxima-se de 10% do PIB", explicou.

"O equilíbrio das contas públicas não é uma condição necessária e nem suficiente para o bom funcionamento da política econômica", afirmou no artigo publicado no Substack.

André Lara Resende concluiu que a redução da taxa de juros é a solução para o desequilíbrio fiscal no Brasil. Nos últimos 12 meses, os juros consumiram mais de R$ 1,1 trilhão do orçamento ou 8,9% do PIB.

"A economia tem um problema básico: a extraordinariamente alta taxa básica de juros. Um problema que tem solução clara. Só é preciso vencer os preconceitos associados a uma teoria monetária e fiscal anacrônica", concluiu.

Juros e inflação

O Banco Central sustenta que a atual taxa de juros é necessária para manter a inflação sob controle uma vez que a Selic elevada inibe o crescimento econômico e a demanda, forçando uma queda dos preços.

Os comunicados oficiais do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, responsável por definir a Selic, apontam como fatores que contribuem para inflação e, por isso, justificam os juros altos: o aquecimento da economia e do mercado de trabalho e a trajetória dos gastos públicos.

"O Comitê reafirma a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros", diz a última ata do Copom.

No artigo, Lara Resende questiona a tese de que o BC não tem alternativa para controlar a inflação além dos juros elevados. Para ele, não há mais uma relação inversa entre desemprego e inflação que sugere que o aumento do desemprego, um dos resultados dos juros altos, reduz a inflação.

"A fragilidade conceitual e empírica deste modelo macro convencional que pauta a política dos BCs é tão flagrante que, apesar de ainda dominante e repetido na mídia como verdade incontestável, passou a ser criticado até mesmo pelos economistas mais conservadores", diz.

Por outro lado, o economista reconhece que a redução dos juros traz um aumento da inflação, mas sustenta que essa é uma relação de "curto prazo" e transitória.

Novo regime fiscal e monetário

O especialista que ajudou a elaborar o Plano Real durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) aponta que não há corte de gastos possível que interrompa o crescimento da dívida em relação ao PIB sem uma redução do juro para "em torno da taxa de crescimento nominal da economia".

Como proposta, André Lara Resende sugere um novo regime fiscal e monetário para o Brasil com um planejamento de metas fiscais e de juros por um período mais longo, de quarto a cinco anos, a serem anunciadas de forma conjunta.

"As metas de inflação seriam anunciadas em conjunto com metas para a taxa básica de juros. O BC se comprometeria a manter a taxa básica num intervalo entre a meta de inflação, 3%, e taxa de crescimento nominal potencial", explicou.

O especialista acrescenta que a intervenção do BC no mercado de câmbio deve ser necessária para evitar qualquer depreciação mais intensa do real.

"Com reservas internacionais de mais de US$ 350 bilhões, o BC tem munição de sobra para isso", escreveu. (Agência Brasil)

Mega da Virada: Caixa anuncia que prêmio deve superar R$ 1 bilhão

A Caixa anunciou que o prêmio da Mega da Virada deste ano deve superar o valor de R$ 1 bilhão. As apostas para o concurso especial 3100 estão disponíveis a partir da terça (3) e poderão ser feitas até as 22h do dia 31 de dezembro.

No ano passado, a Mega da Virada pagou o prêmio recorde de R$ 1,09 bilhão. A estimativa inicial era de R$ 850 milhões. O sorteio teve seis apostas ganhadoras, e cada uma recebeu mais de R$ 181,8 milhões.

O sorteio será realizado às 11h do dia 1º de janeiro de 2027, no Espaço da Sorte, em São Paulo (SP).

Não acumula

Como se trata de uma edição especial, o prêmio da Mega da Virada não acumula. Isso quer dizer que se não houver ganhadores que acertem as seis dezenas o dinheiro é dividido para quem fizer a quina.

De toda forma, a previsão é que 90% do rateio seja destinado às apostas que acertarem as seis dezenas (sena), 5% às apostas com cinco acertos (quina) e 5% às apostas com quatro acertos (quadra).

As apostas podem ser feitas nas mais de 13 mil lotéricas espalhadas pelo Brasil, no portal Loterias Caixa, ou pelo aplicativo Loterias Caixa (IOS e Android). Correntistas do banco podem fazer as apostas pelo Internet Banking. O valor da aposta simples com seis números custa R$ 6.

Bolão

A Caixa também disponibiliza as apostas no formato de "bolão" em grupo. Para isso, a pessoa deve preencher o campo próprio no volante ou solicitar ao atendente da lotérica. Para participar de um bolão, o apostador pode adquirir cotas organizadas pelas lotéricas, que podem cobrar uma tarifa de serviço adicional.

Na Mega-Sena, é possível realizar um bolão de no mínimo duas e no máximo 100 cotas, com até dez apostas por recibo. Em caso de bolão com mais de uma aposta, todas deverão conter a mesma quantidade de números. (Agência Brasil)

Denúncias de violência política quadriplicam em outubro no Disque 100

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) recebeu 189 denúncias de violência política, no período eleitoral deste ano. Está é a soma de comunicações feitas ao Disque 100, e diretamente à pasta ou a outros ministérios.

Todos os casos foram formalmente encaminhados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), à Polícia Federal (PF), à Defensoria Pública da União (DPU), ao Ministério Público (MP), ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

Somente o Disque 100 recebeu, entre os dias 1° e 25 de outubro, 90 denúncias do tipo. O número é mais de quatro vezes superior às 20 comunicações feitas ao longo de todo o mês de setembro.

Destaca-se a quantidade significativa de registros feitos nos dois dias de eleição. Foram 19 no dia 4 de outubro, data do primeiro turno, e 8 no dia 25, quando ocorreu a votação do segundo turno. A soma dessas duas datas representa 30% das denúncias do período analisado.

O MDHC ainda recebeu 38 denúncias feitas por outros canais ou repassadas por ministérios parceiros. Além disso, 41 denúncias foram entregues por parlamentares e representantes de partidos diretamente para a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Janine Mello, em uma reunião na semana passada.

"Os dados evidenciam uma elevação significativa dos registros de violência política, abrangendo violações relacionadas à violência política de gênero, à violência política étnico-racial e ao direito de votar e ser votado", avaliou a pasta em nota.

O Ministério destacou ainda que a livre expressão política é "direito constitucional fundamental para o exercício da cidadania e da democracia", é que os números reforçam a importância de instrumentos de denúncia como o Disque 100. (Agência Brasil)

Governo Lula tenta separar redução da maioridade penal de PEC da Segurança e propõe proposta paralela

O ministro de Relações Institucionais, José Guimarães, reuniu na terça-feira (3) líderes da base do governo no Senado para evitar a votação da redução da maioridade penal junto com a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Segurança Pública.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem pressa para aprovar o projeto neste ano, mas uma mudança levaria o texto de volta à Câmara.

Havia dúvida se de fato o governo Lula defenderia a separação, diante da popularidade do tema. Segundo Guimarães, o Planalto não é contra a discussão da redução da maioridade, mas pontuou que é preciso discutir a proposta separadamente da PEC, para evitar uma alteração no texto aprovado pelos deputados em março deste ano.

"Vamos votar a PEC como veio da Câmara, é a que passou na CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] e, portanto, o relator vai trabalhar para não acatar nenhuma emenda", afirmou José Guimarães após a reunião, que contou com os líderes do governo na Câmara, Paulo Pimenta (PT-RS), no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), e no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP).

O relator da PEC da Segurança é o senador Rogério Carvalho (PT-SE), o que facilitou para o Planalto a construção do parecer nos moldes desejados.

Emendas para inserir na proposta a redução da maioridade foram protocoladas pela oposição, mas o senador Camilo Santana (PT-CE) também apresentou um texto semelhante, para impedir o desgaste do presidente Lula durante a campanha eleitoral.

De acordo com Guimarães, o governo vai tratar da redução da maioridade em separado. "Está posta essa discussão [da redução da maioridade penal] no governo, mas não dá para misturar. O presidente Lula precisa da constitucionalização da PEC para criar o Ministério da Segurança Pública", disse ele.

O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), já avisou a aliados que manterá a emenda para redução da maioridade. A proposta dele reduz para 16 anos a inimputabilidade penal e para 14 anos em caso de crimes definidos como hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo, organização e associação criminosa.

O ministro pontuou que, se a oposição insistir na emenda, o texto será definido "no voto".

A aprovação de uma PEC requer 49 votos, e o Planalto acredita ter o apoio necessário para aprová-la. Para incorporar uma emenda à proposta, a oposição precisa da mesma quantidade.

A líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), destacou o foco do governo em não permitir uma alteração; "A PEC da Segurança é um instrumento vital, foi protocolada em 2025. O debate da maioridade para esta PEC é um corpo estranho. É um debate que precisa ser feito, mas não no âmbito de uma PEC estruturante do sistema de segurança pública", explicou.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), completou: "A partir da aprovação dessa PEC, a União será incorporada ao sistema de combate ao crime organizado e facções criminosas, que hoje é de competência dos estados. Não temos óbice ao debate de redução de maioridade penal, que está colocado na Câmara com uma comissão especial. Temas relativos tramitarão numa PEC em paralelo e enviada para a comissão especial".

A PEC da Segurança é um dos focos do governo neste fim de ano no Congresso. O Planalto entende que é preciso garantir sua aprovação antes da votação do Orçamento de 2027, para garantir a criação do Ministério da Segurança Pública já com previsão orçamentária. A implementação da pasta é uma promessa de campanha do presidente Lula.

Hoje, o Ministério da Justiça e Segurança Pública concentra o debate das duas áreas. Pelo desenho em discussão, o novo ministério reuniria a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), a Senappen (Secretaria Nacional de Políticas Penais), a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

A PEC amplia o papel da União na coordenação das políticas de segurança pública e fortalece a atuação conjunta dos governos federal, estaduais, distrital e municipais no combate à criminalidade. (Folhapress)

CBR 233 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 58.338.017/0001-33 - NIRE 35.265.621.436

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 30.10.2026, na sede da Sociedade. **Presença**. Totalidade das sócias. **Mesa**. Presidente: Miguel Maia Mickelberg, Secretária: Rafaella Nogueira de Carvalho Corti. **Deliberações**. As sócias aprovam por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 11.698.772,00 **para** R$ 9.912.849,00, autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

SK Diogo de Faria Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ 26.202.591/0001-73 - NIRE 35230157784

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Em 06.10.2026, na sede da Sociedade. **Presença**. Totalidade das sócias. **Mesa**. Presidente: Celso Antônio Alves, Secretária: Sigrid Amantino Barcelos. **Deliberações**. As sócias aprovaram por unanimidade, reduzir o capital social, por revelar-se excessivo em relação ao seu objeto social, atualmente no valor de R$ 2.532.168,00 **para** R$ 32.168,00 autorizar a consequente alteração do Contrato Social, bem como determinar a publicação deste extrato, na forma da Lei, para os devidos fins. **Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata.

GM Estética Avançada Ltda. - Em Liquidação

CNPJ/MF nº 46.193.352/0001-01 - NIRE 35239016849

Edital de Convocação para Reunião de Sócios

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e demais disposições aplicáveis, ficam convocadas as senhoras sócias da **GM Estética Avançada Ltda. - Em Liquidação** ("Sociedade"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.193.352/0001-01, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 579, 11º andar, conjunto 111, Jardim Paulista, CEP 01404-100, para comparecerem à Reunião de Sócios a ser realizada na sede da Sociedade em primeira convocação, no dia 12 de novembro de 2026, às 10h00, ou em segunda convocação, no dia 12 de novembro de 2026, às 10h30. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre: (a) o Relatório Final do Liquidante e a prestação final de contas da liquidação; (b) o Balanço Final da Liquidação; (c) o tratamento e a destinação final dos ativos, passivos, direitos e créditos da Sociedade, inclusive dos créditos apurados contra as sócias, bem como eventual imputação, compensação, cessão ou outro ajuste desses créditos no âmbito da partilha do acervo social, conforme juridicamente cabível; (d) a partilha do eventual acervo remanescente; (e) o encerramento da liquidação e a extinção da Sociedade; (f) a indicação do responsável pela guarda dos livros e documentos da Sociedade extinta; e (g) a autorização para o arquivamento dos atos societários e a prática das demais providências necessárias à baixa e ao encerramento definitivo da Sociedade perante os órgãos competentes. O Relatório Final do Liquidante, o Balanço Final da Liquidação e os respectivos demonstrativos e documentos de suporte estarão disponíveis na sede da Sociedade até a data da reunião. São Paulo, 27 de outubro de 2026. **Eduardo Pigossi - Liquidante.**

CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ/MF nº 21.332.862/0001-91 – NIRE 35300540131

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A.** para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada **no dia 11 de novembro de 2026, às 10:00 horas, no seguinte endereço: na Alameda Santos, 1787, 5º andar – conjunto 51 e 52, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01419-906**, a fim de deliberarem sobre a "ordem do dia" abaixo elencadas: Ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste Estatuto Social, as Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, a maioria das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso tal quórum não seja observado em primeira convocação, será realizada uma nova convocação, na qual o mesmo quórum de instalação será exigido. Caso o quórum de instalação não seja observado em segunda convocação, será realizada uma terceira convocação. Neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de acionistas titulares de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações de emissão da Companhia. Se o quórum de instalação não for observado em terceira convocação, será realizada uma quarta convocação, neste caso, a Assembleia Geral será instalada com a presença de qualquer número de acionistas, nos termos do Artigo 7º e respectivos parágrafos do Estatuto Social da Companhia e dos dispostos no artigo 125 da Lei de Sociedade por Ações ("Lei das S.A") e art. 7º, § 3º, do Estatuto. **Ordem do dia:** 1. Tomar conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Evandro Luiz Pacheco Pereira, ao cargo de Diretor sem Designação Específica, cuja eficácia, conforme comunicação escrita a ser formalizada, ficará diferida até a autorização do Banco Central do Brasil para a posse e o exercício do sucessor e a efetiva investidura deste; 2. Deliberar sobre a eleição do Sr. Leandro Nascimento Lopes, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, ficando sua posse e o exercício do cargo condicionados à autorização prévia do Banco Central do Brasil.

São Paulo/SP, 30 de outubro de 2026.

Diretor Presidente: Fábio Antônio da Costa; Diretor: Heitor Augusto Moraes do Monte

ELO4 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 36.242.911/0001-72 - NIRE 35.300.548.752

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de Julho de 2026

(Lavrada sob a forma sumária, conforme §1º do artigo 130, da Lei 6.404/76). **Data, Hora e Local**: Em 06 de julho de 2026, às 10:00 horas, na sede social da ELO4 ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Prof. Frederico Herman Junior, n.º 296, Alto de Pinheiros, CEP 05.459-010, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), face à presença de Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa**: Presidente: João Leopoldino Neto. Secretário: Paulo Augusto Franzine. **Ordem do Dia**: Apreciar, discutir e deliberar sobre: (i) a proposta de aumento de capital social da Companhia em R$ 387.383,57 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos), mediante a emissão de 387.383 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal e (ii) caso seja aprovado o item (i) da ordem do dia, a alteração do "*caput*" do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia**: As matérias da Ordem do Dia foram verificadas e aprovadas por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, da seguinte forma: **1.** Restou aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 387.383,57 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e sete centavos), mediante a emissão de mediante a emissão de 387.383 (trezentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, as quais são totalmente subscritas e integralizadas nesta data, em moeda corrente nacional, conforme Boletim de Subscrição que integra a presente como **Anexo I**. Desta forma, o capital social da Companhia passa dos atuais R$ 227.798.893,00 (duzentos e vinte e sete milhões, setecentos e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e três reais), para R$ 228.186.276,57 (duzentos e vinte e oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos). **2.** Por força da aprovação do item "1" acima, ficou aprovada a alteração do "*caput*" do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar, a partir desta data, com a seguinte redação: "***Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 228.186.276,57 (duzentos e vinte e oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos), dividido em 208.042.447 (duzentos e oito milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*" **Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente: João Leopoldino Neto; Secretário: Paulo Augusto Franzine. Acionistas: Bandeirantes Concessões e Participações Ltda., TORC – Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda., Senpar Ltda., TCL Tecnologia e Construções Ltda. e 4Road Concessões S.A. São Paulo, 06 de julho de 2026. "Confere com a original lavrada em livro próprio". **João Leopoldino Neto** - Presidente da Mesa, **Paulo Augusto Franzine** - Secretário(a) da Mesa. **Acionistas: Bandeirantes Concessões e Participações Ltda.**, João Leopoldino Neto, **TORC – Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda.**, André Miari Paulo, **SENPAR Ltda.**, Rosaldo Malucelli, Nathália Murari Federmann, **TCL Tecnologia e Construções Ltda.**, Paulo Augusto Franzine, **4Road Concessões S.A.**, João Leopoldino Neto, Paulo Augusto Franzine. JUCESP nº 393.071/26-1 em 26/10/2026.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ nº 38.042.694/0001-00 - NIRE 35300554035

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 19ª (DÉCIMA NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA SOB O RITO AUTOMÁTICO PARA AS DEBÊNTURES DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE E COLOCAÇÃO PRIVADA PARA AS DEBÊNTURES DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE E DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., A SER REALIZADA, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 19 DE NOVEMBRO DE 2026.

1. DATA, HORA E LOCAL: a ser realizada de forma exclusivamente digital, em segunda convocação, em 19 de novembro de 2026, às 14h00, nos termos do artigo 71, §3º, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio de plataforma eletrônica de videoconferência, com link de acesso a ser disponibilizado aos Debenturistas que cumprirem as instruções de participação previstas neste Edital, sendo dispensada a realização cumulativa, de forma presencial, na sede da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A., sociedade por ações com registro de companhia securitizadora na categoria "S2" na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, nº 41, 13º andar, Sala 02, Itaim Bibi, CEP 04533-010, inscrita perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 38.042.694/0001-00, na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE 35300554035, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Emissora"). **2. CONVOCAÇÃO:** ficam convocados os titulares das debêntures da 19ª (décima nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública sob o Rito Automático para as Debêntures da 1ª (Primeira) Série e Colocação Privada para as Debêntures da 2ª (Segunda) Série e da 3ª (Terceira) Série, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Debêntures", "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debenturistas", respectivamente), em circulação na data da realização da Assembleia, em cumprimento ao disposto no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução CVM 81 e na Cláusula 4.2 da Escritura de Emissão, para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia"), nas datas, horários e local indicados acima, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A Assembleia instalar-se-á, em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas presentes, nos termos do artigo 71, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. **3. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a inclusão dos mecanismo de incorporação da remuneração ao saldo do Valor Nominal Unitário, de modo que, caso os recursos disponíveis em determinada Data de Pagamento não sejam suficientes para o pagamento integral da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a parcela não paga seja incorporada ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, excluindo, portanto, a previsão de que a parcela de Remuneração não paga seja realizada na Data de Pagamento subsequente. Alterando-se, portanto, a Cláusula 3.45.4.1 da Escritura de Emissão e incluindo-se as Cláusulas 3.45.4.2 e 3.45.4.3 na Escritura de Emissão, de forma a disciplinar os efeitos e a operacionalização da incorporação e no Anexo I da Escritura de Emissão, a definição do termo "Remuneração Não Paga", a qual passará a vigorar com a redação abaixo, respectivamente: "3.45.4.1. Caso, em determinada Data de Pagamento, os recursos disponíveis na Conta Centralizadora, observada a Ordem de Alocação de Recursos, não sejam suficientes para a realização do pagamento integral da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, a parcela da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série não paga na respectiva Data de Pagamento, correspondente à diferença entre o valor da Remuneração devida e o valor da Remuneração efetivamente pago ("Remuneração Não Paga"), será automaticamente incorporada, na própria Data de Pagamento, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, passando a integrar o saldo do Valor Nominal Unitário, sobre o qual incidirá a Remuneração das Debêntures da respectiva Série a partir da incorporação (inclusive), entre cada período de capitalização, nos termos desta Escritura de Emissão." "3.45.4.2. A incorporação prevista na Cláusula 3.45.4.1 acima (i) não caracterizará inadimplemento, impontualidade ou descumprimento de obrigação pecuniária pela Emissora, não ensejando a incidência de Encargos Moratórios nem a configuração de qualquer Evento de Vencimento Antecipado; (ii) não implicará alteração da quantidade de Debêntures emitidas nem do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, aplicando-se exclusivamente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série; e (iii) não afetará a Ordem de Alocação de Recursos, a Razão de Amortização nem a subordinação entre as Séries." "3.45.4.3. A Emissora deverá (i) refletir a incorporação da Remuneração Não Paga no cálculo e na divulgação do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série; e (ii) comunicar a B3, o Escriturador e o Agente de Liquidação, com até 3 (três) Dias Úteis de antecedência da respectiva Data de Pagamento, o valor da Remuneração a ser efetivamente pago e o valor da Remuneração Não Paga a ser incorporado ao saldo do Valor Nominal Unitário, para atualização dos sistemas aplicáveis, observado o disposto na Cláusula 3.46 abaixo." "Remuneração Não Paga": tem o significado previsto na Cláusula 3.45.4.1 desta Escritura de Emissão." (ii) a ratificação da incorporação ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da parcela da Remuneração das Debêntures não paga nas Datas de Pagamento de 31 de agosto de 2026 e de 8 de setembro de 2026, em razão da insuficiência dos recursos disponíveis em tais datas, com eficácia desde as respectivas Datas de Pagamento, com a expressa dispensa dos Encargos Moratórios. Instruções Gerais: As matérias acima indicadas deverão ser consideradas, pelos Debenturistas, de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente por videoconferência online, sem possibilidade de participação de forma presencial, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico, previamente à realização da Assembleia, aos Debenturistas que enviarem solicitação por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, gestao@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com e vgi@vortx.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia, juntamente com cópias dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos). Os Debenturistas deverão acessar o link da reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia e identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora e ao Agente Fiduciário, de forma que a Emissora e/ou o Agente Fiduciário possam identificar e permitir o acesso e a participação na reunião. A Assembleia será integralmente gravada. O registro em ata dos Debenturistas presentes poderá ser realizado pelo presidente da mesa e pelo secretário, cujas assinaturas serão realizadas por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente; sem prejuízo, os Debenturistas presentes à Assembleia deverão formalizar a assinatura da lista de presença por meio de assinatura eletrônica ou certificado digital via DocuSign ou plataforma equivalente, se assim solicitado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário. Para os fins da Assembleia, consideram-se "Documentos de Representação": (i) se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e (ii) se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhada de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista (i.e., ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Nos termos do artigo 26, §3º, e do artigo 29, inciso II, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), além da participação e do voto à distância durante a Assembleia por meio do sistema eletrônico indicado pela Emissora, será também admitido o preenchimento e envio de instrução de voto à distância, preferencialmente, nesse caso, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia ("Instrução de Voto à Distância"). A Emissora disponibilizará, em seu website e na página eletrônica da CVM, o modelo de Instrução de Voto à Distância para consulta dos Debenturistas. Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimento, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; e (ii) a assinatura, ao final da Instrução de Voto à Distância, do Debenturista ou de seu representante legal, conforme o caso, nos termos da legislação vigente. A Instrução de Voto à Distância deverá ser rubricada e assinada, sendo aceita a assinatura por meio de plataforma digital, e encaminhada, juntamente com os Documentos de Representação, aos cuidados da Emissora e do Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@grupotravessia.com, gestao@grupotravessia.com, juridico@grupotravessia.com e vgi@vortx.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência da data marcada para a realização da Assembleia. (iii) A Instrução de Voto à Distância deverá conter declaração sobre a existência de conflito de interesse dos Debenturista votante, caso não seja informado, a Instrução de Voto não será considerada para cômputo de voto. A Emissora informa ainda que o quórum de instalação a ser aplicado nesta Assembleia será com a presença de Debenturistas representando qualquer número das Debêntures em Circulação e o quórum de deliberação das matérias previstas na Ordem do Dia será de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, especial daquela que afete qualquer vantagem, crie ou aumente qualquer obrigação relativa às Debêntures da Primeira Série, nos termos da cláusula 4.9, subitem 11, alínea "c" das Escritura de Emissão. Caso o Debenturista participe da Assembleia por meio da plataforma digital depois de ter enviado a Instrução de Voto à Distância, este poderá manifestar seu voto diretamente na Assembleia e terá sua Instrução de Voto à Distância desconsiderada. O modelo de Instrução de Voto à Distância para preenchimento e envio pelos Debenturistas, bem como a cópia da Escritura de Emissão e de seus aditamentos, estão disponíveis para consulta na sede da Emissora e nas páginas eletrônicas da Emissora (https://www.grupotravessia.com/) e do Agente Fiduciário. Todos os termos empregados ou iniciados em letras maiúsculas possuem o significado que lhes é conferido na Escritura de Emissão, salvo se conceituados de forma diversa no presente Edital.

São Paulo, SP, 31 de outubro de 2026.

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 01.637.895/0001-32

ANÚNCIO AOS DEBENTURISTAS

AVISO DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL DAS DEBÊNTURES DA 13ª (DÉCIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

São Paulo, 04 de novembro de 2026 - VOTORANTIM CIMENTOS S.A. ("Companhia"), no âmbito da 13ª (Décima Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, vem, pela presente, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.17.1 do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da **Companhia**", celebrado em 01 de outubro de 2021, entre a **Companhia** e a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, na qualidade de agente fiduciário, conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), comunicar à V.Sas., que a **Companhia** pretende realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), nos termos especificados abaixo: **(i) Data do Resgate Antecipado Facultativo Total:** 18 de novembro de 2026; **(ii) Local da realização e pagamento aos Debenturistas:** o pagamento das Debêntures amortizadas extraordinariamente e facultativamente por meio da Resgate Antecipado Facultativo Total será feito por meio dos procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(iii) Preço do Resgate Antecipado Facultativo Total:** o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido, ainda, Prêmio de Resgate; **(iv) Prêmio de Resgate:** 0,15% (quinze centésimos por cento); **(v) Procedimento de Resgate:** No caso de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), a operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total será realizada de acordo com os procedimentos operacionais da B3, sendo que todas as etapas de habilitação dos titulares das Debêntures, relacionadas a esse processo serão realizadas fora do âmbito da B3. A Administração da Companhia, através das suas áreas de Relações com Investidores e Governança Corporativa, coloca-se à disposição dos acionistas, debenturistas e do mercado em geral para esclarecimentos adicionais através do e-mail: rivc@vcimentos.com

São Paulo, 04 de novembro de 2026

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

4ROAD CONCESSÕES S.A.

CNPJ nº 57.370.757/0001-94 - NIRE 35.300.647.131

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de Outubro de 2026

(Lavrada sob a forma sumária, conforme §1º do artigo 130, da Lei 6.404/76). **Data, Hora e Local:** Em 05 de outubro de 2026, às 12:00 horas, na sede social da 4ROAD CONCESSÕES S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Prof. Frederico Hermann Junior, n.º 296, Sala A, Alto de Pinheiros, CEP 05.459-010, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), face à presença de Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas. **Mesa:** Presidente: João Leopoldino Neto. Secretário: Paulo Augusto Franzine. **Ordem do Dia:** Apreciar, discutir e deliberar sobre: (i) a reeleição dos diretores da Companhia. **Deliberações:** A matéria da Ordem do Dia foi verificada e aprovada por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, da seguinte forma: **1.** A reeleição dos seguintes diretores, cujos mandatos vigorarão pelo prazo de 2 (dois) anos a partir de 05 de outubro de 2026, podendo estender-se até a investidura dos respectivos sucessores, conforme termo de posse constante do **Anexo I:** ***(i)* João Leopoldino Neto**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 6.351.200-2 IIRGD/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.003.038-89, com endereço comercial na Rodovia Luiz Augusto de Oliveira (SP-215) – Km148+900 metros, s/nº, Parque Tecnológico, CEP 13573-600. ***(ii)* Paulo Augusto Franzine**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 15.558.402-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.576.598-88, residente na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Silvia Celeste de Campos, nº 154, Alto de Pinheiros, CEP 05462-010. ***(iii)* Rosaldo Malucelli**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 5.780.482-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 027.486.498-34, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Laerte Assunção, nº 340, Jardim Paulistano, CEP 01444-040. ***(iv)* André Miari Paulino**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 14.362.954 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.375.676-02, residente e domiciliado no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Ajax Correia Rabelo, nº 153, Bairro Mangabeiras, Belo Horizonte/MG, CEP 30.210-040. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Presidente: João Leopoldino Neto; Secretário: Paulo Augusto Franzine. Acionistas: Bandeirantes Concessões e Participações Ltda., TORC – Terraplenagem Obras Rodoviárias e Construções Ltda.; Senpar Ltda.; e TCL - Tecnologia e Construções Ltda. São Paulo, 05 de outubro de 2026. "A presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio". João Leopoldino Neto - Presidente da Mesa, Paulo Augusto Franzine - Secretário(a) da Mesa. **Acionistas: Bandeirantes Concessões e Participações Ltda.**, João Leopoldino Neto, **TORC – Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda.**, André Miari Paulo, **SENPAR Ltda.**, Rosaldo Malucelli, Nathália Murari Federmann, **TCL Tecnologia e Construções Ltda.**, Paulo Augusto Franzine. JUCESP nº 392.398/26-6 em 26/10/26.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

Gustavo Henrique da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/12/1994, técnico de instalação, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Daniel Otaviano da Silva e de Edna Lucia da Silva; e Rafaella Lira de Oliveira, brasileira, solteira, nascida aos 19/07/1997, analista administrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Josafa Medeiros de Oliveira e de Geane Marinho de Lira.

Lucas Pereira Magalhães, brasileiro, solteiro, nascido aos 29/06/1994, entregador, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ciro Pereira Magalhães e de Suelma Aparecida Ananias Magalhães; e Camila de Paiva, brasileira, solteira, nascida aos 07/10/1996, assistente de recursos humanos, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Solange de Paiva.

Vitor Peixoto da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/02/1991, consultor comercial, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Luiz Carlos da Silva e de Daisy Aparecida Peixoto Silva; e Dafne Jeronimo de Souza, brasileira, solteira, nascida aos 03/04/1992, consultora comercial, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Damião Jeronimo de Souza e de Marcia Silva Santana de Souza.

Danilo Ramos da Paixão, brasileiro, divorciado, nascido aos 16/06/1984, gerente de vendas, natural de Osasco - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Decio Ramos da Paixão e de Maria Helena Pereira Silva; e Deborah Rodrigues de Queiroz, brasileira, solteira, nascida aos 19/05/1997, analista comercial, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Valter Leandro de Queiroz e de Margarida Rodrigues de Queiroz.

Marcos Reis de Oliveira, brasileiro, solteiro, nascido aos 20/06/1998, auxiliar interno de cobrança, natural de Itapecerica da Serra - SP, residente e domiciliado em Itapecerica da Serra - SP, filho de Laudelino de Oliveira e de Elza Oliveira Reis; e Dayana Araujo Prado, brasileira, solteira, nascida aos 24/11/2003, auxiliar interna de cobrança, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Fabiano Pavan do Prado e de Diana Pinehiro de Araujo.

Thiago Praia Bueno, brasileiro, solteiro, nascido aos 28/11/1991, analista de TI, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Eduardo Bueno e de Audrey Raylane Praia Lopes; e Maria Caroline Silva Lima, brasileira, solteira, nascida aos 26/11/1993, analista finaceira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Edmilson Carlos de Lima e de Margarida Maria Silva Alves.

Geraldo Crispim de Araújo, brasileira, divorciado, nascido aos 13/02/1944, aposentado, natural de Acopiara - CE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Crispim de Araújo e de Severina Olinda Araújo; e Edileuza Alexandre Felix, brasileira, solteira, nascida aos 26/07/1961, do lar, natural de Iguatu - CE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Sebastião Alexandre de Moura e de Francisca Felix Cabral.

Gustavo Araujo dos Santos, brasileiro, solteiro, nascido aos 05/10/2001, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Luis Antonio Paes dos Santos e de Renata Araujo Gomes; e Gabryelle Andrade Barbosa da Silva, brasileira, solteira, nascida aos 06/02/2002, programadora pcp junior, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Raulindo Reis da Silva e de Rute de Andrade Barbosa da Silva.

Rafaela Cruz da Silva, brasileira, solteira, nascida aos 03/01/1996, agente comunitário da saúde, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Luiz Geraldo da Silva e de Marilu Silva Cruz; e Súrya Helena Cândido de Lacerda, brasileira, solteira, nascida aos 19/01/1995, auxiliar técnico de educação, natural de Itanhandu - MG, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Paulo Tadeu Correia de Lacerda e de Lenice Cândido.

Clayton Rodrigues Cavalcante , brasileiro, solteiro, nascido aos 10/10/1981, motorista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Cridenor Soares Cavalcante e de Maria Rodrigues Cavalcante ; e Michelle Cardoso de Paula , brasileira, solteira, nascida aos 10/07/1983, professora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de João Eleoterio de Paula e de Dalva Cardoso Menezes.

Erinaldo Alves dos Santos, brasileiro, solteiro, nascido aos 23/01/1998, contador, natural de São Roque - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Edinaldo Jose dos Santos e de Maria Elena Alves de Azevedo; e Thainá Victória Montenegro Barros, brasileira, solteira, nascida aos 06/03/1998, pedagoga, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Juvenal de Almeida Barros e de Sandra Maria Montenegro dos Santos.

Vinicius Augusto dos Santos, brasileiro, solteiro, nascido aos 26/04/2002, desenvolvedor de software, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Andreia dos Santos; e Gabrielle Sousa Oliveira, brasileira, solteira, nascida aos 25/10/2002, fisioterapeuta, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Melquisedec Batista de Oliveira e de Lilian dos Santos Sousa Oliveira.

Renan Alves Campos, brasileiro, divorciado, nascido aos 23/03/1984, analista, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Jurimá Silva Campos e de Elenice Alves Campos; e Cinthya Pessoa Brito, brasileira, divorciada, nascida aos 04/05/1984, professora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Ivan Sousa Brito e de Rosangela Pessoa Brito.

Luciano Antonio Pinheiro, brasileiro, divorciado, nascido aos 01/01/1975, contador, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Valter Augusto Pinheiro e de Maria de Fatima Creasso Pinheiro; e Luciane Azevedo Baptista, brasileira, divorciada, nascida aos 20/09/1975, bibliotecária, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Carlos Baptista e de Marli Azevedo Baptista.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 NIRE 35300033451

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se, em primeira convocação, no dia 12 de novembro de 2026, às 15h (quinze horas), de forma exclusivamente virtual, por meio de link da plataforma eletrônica a ser disponibilizado pela Companhia, conforme disposto no parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76, a fim de examinarem, discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i ratificar a eleição do seguinte membro do Conselho de Administração: Sr. **Sérgio Saraiva Castelo Branco de Pontes**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG 991884 SSP/DF e inscrito no CPF nº 416.726.901-53, para cumprir o mandato unificado vigente dos membros do Conselho de Administração, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, CJ 91, Edifício Torino – Andar 9, Torre 1.700, Bloco 2, CEP: 05.001-903, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 09/10/2026; e ii acatar a renúncia do Conselheiro Sr. **Américo da Cunha Pereira Filho**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 3925376, emitida pela SSP/PE e inscrito no CPF sob o número 846.681.724-72, conforme ata apresentada à Companhia, tendo deixado de exercer suas funções desde 09/10/2026, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 09/10/2026. Informações Gerais: (i) Para participar da AGE por meio da plataforma eletrônica, os acionistas deverão enviar à Companhia, por meio do e-mail jose.castilho_ext@pernambucanas.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da AGE, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando cópia do respectivo documento de identidade ou, em caso de pessoa jurídica, do respectivo estatuto, contrato social ou regulamento, conforme aplicável, e do instrumento de eleição ou indicação do seu representante legal ou procurador devidamente constituído que comparecerá à AGE, acompanhado de seu respectivo documento de identidade; (ii) Os acionistas poderão ser representados na AGE por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, devendo os documentos de representação ser enviados para a Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação ao horário marcado para o início da AGE, para o e-mail jose.castilho_ext@pernambucanas.com.br; São Paulo, 30 de outubro de 2026. **CARLOS HENRIQUE BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR** - Presidente do Conselho de Administração

PLAY2SELL S.A.

CNPJ nº 28.864.200/0001-01 - NIRE 35300562208

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidam-se os Senhores Acionistas da **PLAY2SELL S.A.**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada: **DATA E HORÁRIO: 16 de novembro de 2026, às 10h. LOCAL:** https://zoom.us/j/2886420000 - a Assembleia será realizada **exclusivamente de forma online**. **Ordem do Dia: 1.** Em sede de **Assembleia Geral Ordinária: a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 publicadas no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), disponíveis no link, disponíveis no link https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes, com os seguintes códigos de autenticação (HASH): **Balanço Patrimonial:** D7457F33AA9C1EBACB35D1EBB4CDD8E5A6B6B64C; **Demonstração do Resultado do Exercício:** D0C496A7AAD9187D9BCA4144C4B51FBF54C8B4A9; **b)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 publicadas no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), disponíveis no link, disponíveis no link https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes, com os seguintes códigos de autenticação (HASH): **Balanço Patrimonial:** A286A9B6A778A3D3403B646709B1671C8A67D98A; **Demonstração do Resultado do Exercício:** 93EE743BA04A473947BE48B349E8B6E29E38A2C9; **c)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 publicadas no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), disponíveis no link, disponíveis no link https://www.gov.br/centraldebalancos/#/demonstracoes, com os seguintes códigos de autenticação (HASH): **Balanço Patrimonial:** 18E713D054357862F7DB9CB59E1E7317C151E544; **Demonstração do Resultado do Exercício:** 7FB004A8B07711A3B70796CFA9BDBFDA984F18EB; **d)** Deliberar, caso tenha sido apurado lucro líquido nos exercícios sociais de 2024 e/ou 2025, sobre a destinação do respectivo resultado, inclusive quanto à distribuição de dividendos, nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social. **e)** Eleição para o cargo de Diretor Presidente; **f)** Eleição para o cargo de Diretor Vice-Presidente. **g)** Deliberação sobre a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia desde 02 de abril de 2024 até 16 de novembro de 2026. **2.** Em sede de **Assembleia Geral Extraordinária: a)** Alterar o objeto social da Companhia para incluir as seguintes atividades: 8291-1/00 atividades de cobranças e informações cadastrais; 6619-3/02 correspondentes de instituições financeiras; e 6209-1/00 suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação. **b)** Alterar o Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para incluir as novas atividades do objeto social da Companhia. **c)** Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para emissão de **ações preferenciais Classe B**, sem direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral, as quais terão prioridade no recebimento de dividendo mínimo de **R$ 0,05 (cinco centavos)** por ação, participação nos demais dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos pela Companhia, proporcionalmente à sua participação no capital social. Ficará resguardado o direito da Companhia aumentar o número de ações ordinárias ou preferenciais de qualquer classe independentemente da manutenção da proporção entre as classes existentes. **d)** Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, nos termos do art. 170, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/1976, mediante a emissão de **1.173 (mil cento e setenta e três) novas ações preferenciais Classe B**, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, pelo preço de emissão de **R$ 1.000,00 (mil reais)** por ação, totalizando **R$ 1.173.000,00 (um milhão, cento e setenta e três mil reais)**, mediante a subscrição e integralização das ações por meio da conversão dos créditos decorrentes das Notas Conversíveis em Participação Societária celebradas entre a Companhia e os respectivos investidores por meio da plataforma CapTable, nos termos dos respectivos boletins de subscrição arquivados na sede da Companhia. São Paulo – SP, 30 de outubro de 2026. Felipe dos Santos - Presidente.

EMPÓRIO MEGA 100 COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.

CNPJ nº 22.914.613/0001-77 - NIRE nº 35300495047

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2026

1. Data, Hora e Local: Aos 13 (treze) dias do mês de outubro de 2026, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Vasco de Massafeli, nº 1.000, Quadra GL, Galpão 04, Jardim Maria Tereza, Cotia/SP, CEP 06703-600. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes ao final desta ata. 3. Mesa: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Eliana Rodrigues Silva Coelho, que convidou para secretariá-la o Sr. Luiz Carlos Lobosque da Silveira Bueno. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de novas ações ordinárias e correspondente alteração estatutária; (ii) a renúncia de membros da Diretoria e a eleição de nova diretora para recomposição da administração; e (iii) a alteração do objeto social da Companhia, com a correspondente alteração estatutária. 5. Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, o quanto segue: 5.1. Aumento do capital social. Aprovar o aumento do capital social da Companhia de R$ 3.000.001,00 (três milhões e um real) para R$ 4.000.001,00 (quatro milhões e um real), mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 (um real) por ação, totalizando R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a serem integralmente subscritas pela acionista WEBSTER 44 – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES HOLDING LTDA., que se obriga a integralizá-las na forma e no prazo aprovados pela Companhia, conforme o respectivo boletim de subscrição. A subscrição das novas ações deverá observar a legislação aplicável e as formalidades pertinentes ao direito de preferência dos acionistas, inclusive quanto à sua observância ou renúncia válida, conforme aplicável. Após a formalização da referida transferência e a efetivação do aumento de capital ora aprovado, a titularidade das ações ordinárias será a seguinte: **WEBSTER 44 – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES HOLDING LTDA.,** 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias, correspondentes à totalidade das ações ordinárias da Companhia. Para fins de composição da titularidade acionária após a operação, considera-se a prévia formalização da transferência, por **Luiz Carlos Lobosque da Silveira Bueno** à acionista **WEBSTER 44 – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES HOLDING LTDA**., das 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) ações ordinárias de sua titularidade, mediante os instrumentos próprios e os registros societários cabíveis. Em decorrência do aumento aprovado, o artigo 6º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 6º. O capital social da Companhia é de R$ 4.000.001,00 (quatro milhões e um real), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 1 (uma) ação preferencial de classe especial (Golden Share), nominativa, com valor nominal de R$ 1,00 (um real), observados os direitos e as vantagens previstos neste Estatuto Social, sendo a integralização do aumento de capital realizada na forma e no prazo aprovados pela Companhia." 5.2. Renúncia de membros da Diretoria. Consignar o recebimento dos pedidos de renúncia apresentados nesta data pela Sra. **Eliana Rodrigues Silva Coelho** e pela Sra. **Natália de Lima Jabur**, ambos membros da Diretoria da Companhia, registrando os agradecimentos pelos serviços prestados durante o exercício de seus respectivos mandatos. As renúncias produzirão efeitos conforme as datas e condições constantes dos respectivos instrumentos, que serão arquivados na sede da Companhia e apresentados para registro, quando aplicável. 5.3. Eleição de nova diretora. Para recompor a Diretoria da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social, eleger a Sra. **Vivian Lobosque da Silveira Bueno**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.717.667-7 e inscrita no CPF sob nº 230.843.138-57, residente e domiciliada na Rua Venezuela, nº 751, Jardim América, São Paulo/SP, CEP 01439-000, para exercer o cargo de Diretora pelo mandato de 2 (dois) anos, prorrogável automaticamente até a posse de sua substituta, conforme previsto no Estatuto Social. A posse da eleita será formalizada mediante assinatura do respectivo termo, acompanhado da declaração de desimpedimento legal para o exercício do cargo, observadas as exigências legais e estatutárias aplicáveis. 5.4. Alteração do objeto social. Aprovar a alteração do objeto social da Companhia, para incluir as atividades de industrialização de produtos alimentícios por conta e ordem de terceiros, mediante contratação de estabelecimentos de terceiros para a execução do processo produtivo; importação de gêneros alimentícios e de máquinas e equipamentos destinados ao uso próprio e às atividades auxiliares dos transportes terrestres; transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, nas modalidades municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais; agenciamento de cargas, exceto transporte marítimo; e locação de veículos de carga, máquinas e equipamentos de movimentação de cargas, incluindo caminhões, vans, furgões, utilitários e veículos urbanos de carga. Em decorrência da alteração aprovada, o artigo 3º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: Artigo 3º. A Companhia tem por objeto a industrialização de produtos alimentícios por conta e ordem de terceiros, mediante contratação de estabelecimentos de terceiros para a execução do processo produtivo; a importação de gêneros alimentícios e de máquinas e equipamentos destinados ao uso próprio e às atividades auxiliares dos transportes terrestres; o comércio atacadista de cosméticos, produtos de higiene, perfumaria e saneantes domissanitários; o comércio atacadista e varejista de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis; o comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios a granel, acondicionados ou não em cestas básicas e cestas de Natal; o comércio varejista eletrônico (e-commerce); os serviços de carga e descarga; as atividades de empacotamento sob contrato de terceiros; o comércio atacadista de bebidas alcoólicas e não alcoólicas; o fracionamento de grãos; a prestação de serviços de pesagem de veículos; o transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, nas modalidades municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; o depósito de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais; o agenciamento de cargas, exceto transporte marítimo; e a locação de veículos de carga, máquinas e equipamentos de movimentação de cargas, incluindo caminhões, vans, furgões, utilitários e veículos urbanos de carga."

www.jornalodiasp.com.br



Recebimento de vales-alimentação e refeição mudam a partir do dia 7

Os cartões de vale-refeição (VR) e vale-alimentação (VA) terão mudanças a partir de 7 de novembro. A principal é a aceitação de cartões de diferentes operadoras em qualquer maquininha habilitada para processar esse tipo de pagamento.

A transição começou em maio e vai até novembro, quando completa um ano da assinatura do decreto que atualizou o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

Na prática, a medida pretende ampliar as opções de uso dos benefícios em restaurantes, supermercados e outros estabelecimentos que trabalham com alimentação. Cartões de empresas como Alelo, Ticket, VR Benefícios, Pluxee, Flash e Swile estão entre os abrangidos pelas mudanças, conforme o enquadramento no PAT.

As novas regras também estabelecem limites para as taxas cobradas dos estabelecimentos comerciais e reduzem o prazo para o repasse dos valores das vendas. O objetivo do governo é estimular a concorrência no setor e facilitar a aceitação dos benefícios pelo comércio.

Apesar da previsão de implementação em novembro, a mudança enfrenta desafios operacionais. A Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) alega que os sistemas das empresas ainda não estão totalmente integrados e aponta dificuldades para o funcionamento da medida no prazo previsto. Além disso, parte das regras é alvo de questionamentos judiciais por operadoras do setor.

O que muda?

A partir de 7 de novembro, está prevista a entrada em vigor integral da interoperabilidade entre os cartões de vale-refeição e vale-alimentação.

Isso significa que cartões de diferentes operadoras deverão funcionar em qualquer maquininha habilitada para receber esse tipo de pagamento, sem depender de contratos ou equipamentos específicos para cada bandeira.

A mudança não obriga todos os estabelecimentos a aceitar os benefícios. A regra vale para os comércios habilitados a processar essas transações.

Onde usar?

A proposta é ampliar a rede de aceitação dos cartões. Assim, o trabalhador poderá utilizar o benefício em diferentes estabelecimentos que aceitem a modalidade correspondente, independentemente da operadora responsável pelo cartão.

A aceitação dependerá da habilitação do estabelecimento e do funcionamento da integração entre os sistemas de pagamento.

O valor aumenta?

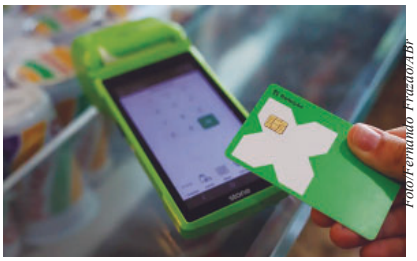
Não. As novas regras não determinam aumento nem redução automática do valor do vale-refeição ou do vale-alimentação pago pelas empresas aos funcionários.

Os recursos continuam destinados exclusivamente à alimentação. O vale-refeição é utilizado para a compra de refeições prontas, enquanto o vale-alimentação é voltado à aquisição de alimentos.

A principal mudança para o trabalhador é a ampliação das possibilidades de utilização do benefício.

Quais regras já valem?

Além da interoperabilidade, a regulamentação do PAT estabeleceu limites para as taxas cobradas dos estabelecimentos e reduziu o prazo de repasse dos valores das vendas.


Foto: Fernando Frazão/ABr

As principais medidas são: Taxa máxima de 3,6%: limite para a taxa de desconto cobrada dos estabelecimentos nas transações com benefícios vinculados ao PAT; Tarifa de intercâmbio de até 2%: teto para a cobrança relacionada às operações entre participantes do sistema; Repasse em até 15 dias corridos: prazo máximo para que os estabelecimentos recebam os valores das vendas.

Antes da mudança, comerciantes reclamavam de taxas elevadas e de prazos de recebimento que podiam ultrapassar 30 dias.

Todos os benefícios entram?

Não necessariamente. As regras descritas se aplicam aos benefícios vinculados ao PAT, criado em 1976.

Há uma diferença entre os benefícios concedidos no âmbito do PAT e o auxílio-alimentação previsto na legislação trabalhista. Segundo a Abrasel, essa distinção tem provocado dificuldades na identificação das transações e na conciliação financeira dos estabelecimentos.

A entidade afirma que parte das empresas teria migrado operações para o auxílio-alimentação após a regulamentação, modalidade que não está sujeita aos mesmos limites de taxas e prazos previstos para o PAT.

A mudança está garantida?

A implementação está prevista para novembro, mas enfrenta obstáculos operacionais. A Abrasel afirma que as empresas responsáveis pelos cartões e as credenciadoras ainda precisam integrar seus sistemas para permitir o funcionamento pleno da interoperabilidade.

Segundo a associação, um dos problemas envolve o canal específico utilizado para processar transações com vales, que ainda não estaria funcionando plenamente.

A entidade também afirma que a falta de integração pode dificultar a identificação das modalidades de benefício utilizadas pelos consumidores e o controle financeiro dos estabelecimentos.

Quais são as punições?

O descumprimento das regras aplicáveis ao PAT pode resultar em sanções administrativas e financeiras.

Entre as penalidades previstas estão: Multas; Autuações; Descredenciamento do programa; Cobrança de benefícios fiscais anteriormente utilizados, quando cabível.

As consequências dependem da infração identificada e podem atingir operadoras, empresas participantes do programa e estabelecimentos comerciais.

O que dizem as operadoras?

Empresas do setor questionam na Justiça pontos do decreto que regulamentou as mudanças no PAT. Entre os argumentos apresentados estão a contestação dos limites tarifários e a imposição de alterações estruturais por meio de decreto.

Algumas operadoras conseguiram decisões provisórias que suspenderam parte das exigências, mas as liminares foram posteriormente derrubadas, conforme as informações reunidas no material de referência.

A Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) também manifestou preocupação com o modelo de arranjo aberto. A entidade argumenta que a ampliação da aceitação dos cartões pode dificultar o controle e a fiscalização dos estabelecimentos credenciados.

O que falta?

A implementação da interoperabilidade depende da integração dos sistemas das operadoras de benefícios e das empresas responsáveis pelas maquininhas.

Embora a regra esteja prevista para entrar em vigor integralmente em novembro, a avaliação da Abrasel é que ainda existem dificuldades técnicas para garantir o funcionamento em toda a rede. Para os trabalhadores, a expectativa é de ampliação das opções de uso dos cartões, mas a efetiva disponibilidade dependerá da conclusão dessa integração. (Agência Brasil)

Pnuma: emissões precisam cair 18% até 2030 para limitar aquecimento

Ainda é possível limitar o aquecimento global entre 1,7 graus Celsius (°C) e 1,8°C e retornar ao limite de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais até 2100, se as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) forem reduzidas em 18% até 2030; em 45% até 2035 e em 69% até 2040, na comparação com os níveis de 2025.


Foto: Rolf Veterle/Pixabay

Na prática, é necessário um esforço global capaz de alcançar uma redução média de 5,7% ao ano, de 2025 até 2035.

A projeção está no novo Relatório sobre a Lacuna de Emissões 2026: O Ponto de Retorno, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O documento aponta a necessidade de esforços muito acima dos compromissos assumidos nas novas gerações de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), mas também traz evidências de que retornar a um limite de aquecimento global de 1,5°C ou menos é possível.

"Ultrapassar a meta não significa desistir. Ainda podemos mantê-la o mais pequena e curta possível – e trazer as temperaturas de volta para menos de 1,5 graus até o final do século", avalia o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres.

A necessidade de manter o aquecimento global controlado foi evidenciado no estudo anterior Limitar a Ultrapassagem – Lidar com a Ultrapassagem de 1,5 °C e Caminhos para o Retorno, que mostrou os efeitos no planeta do pico de aquecimento e a subsequente queda de temperatura.

Quanto maior a temperatura e mais longa a duração, maiores são os impactos como: aumento do nível do mar, colapso de ecossistemas como os recifes de coral, ondas de calor e incêndios florestais, e alterações profundas na criosfera, que inclui calotas polares, gelo marinho, geleiras, solo congelado e neve.

Com a trajetória atual mantida, o aquecimento global poderá atingir 2,8°C neste século. Caso as NDCs sejam plenamente cumpridas e a restauração de biomas seja capaz de neutralizar as emissões globais até 2050, ainda assim, o aquecimento global chegaria a 2,1°C neste século.

Um exemplo do que poderá ocorrer como consequência desse aquecimento é o derretimento de um quarto das geleiras do planeta, com a elevação do nível do mar em até 12,5 centímetros (cm).

Na prática, isso afetaria de forma permanente a disponibilidade de água potável em várias localidades do mundo.

Políticas que funcionam

Para cessar essa trajetória, o relatório de emissões traz a análise de mais de 220 avaliações de políticas adotadas pelo mundo e os resultados apontam números positivos, apesar da concentração dessas iniciativas em poucos países, setores e por períodos específicos.

De acordo com o estudo, as políticas no setor elétrico foram capazes de reduzir as emissões em uma média de 9%. Já instrumentos econômicos, como impostos sobre carbono e comércio de captação, foram capazes de diminuir as emissões entre 5% e 13%.

A diretora executiva do Pnuma, Inger Andersen, os casos de sucesso são muitos, variados e demonstram que as emissões podem ser reduzidas rapidamente.

"Agora cabe às nações implementar urgentemente políticas que promovam reduções de emissões rápidas, profundas e sustentáveis, e que coloquem o mundo no caminho certo para um clima mais estável e para economias e sociedades mais estáveis", reforça. (Agência Brasil)

Saúde

Anvisa aprova 5 novas canetas para tratamento de diabetes e obesidade


Foto: Anvisa/Divulgação

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro de cinco novos medicamentos injetáveis para o tratamento de diabetes tipo 2 e obesidade.

Os produtos serão comercializados na forma de canetas aplicadoras contendo semaglutida ou liraglutida – substâncias que atuam diretamente no metabolismo do paciente, auxiliando no controle da glicemia e na perda de peso.

A semaglutida e a liraglutida são princípios ativos que compõem os chamados medicamentos agonistas (ativadores) do receptor GLP-1 (sigla em inglês para Glucagon-Like Peptide-1, ou Peptídeo Semelhante ao Glucagon-1), um hormônio que, em condições ideais, é produzido naturalmente pelo intestino após a ingestão de alimentos e que sinaliza ao cérebro a sensação de saciedade.

As cinco novas canetas de GLP-1 são produzidas por dois laboratórios indianos, o Biocon e a OneSource Specialty e foram registradas, no Brasil, por três empresas: a Farma Vision Importação e Exportação de Medicamentos; Aché Laboratórios Farmacêuticos e a Dr. Reddys Farmacêutica do Brasil.

Os três novos medicamentos indicadas para o tratamento de diabetes são: Aribet (liraglutida), fabricada pelo Biocon e comercializada pela Farma Vision Importação e Exportação de Medicamentos Ltda; Embeltah (semaglutida), produzida pelo OneSource Specialtye registrada pela Dr. Reddys Farmacêutica do Brasil Ltda; Sevema (semaglutida), registrada pela Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A e também fabricada pelo OneSource Specialty.

Já os medicamentos indicados para o tratamento de obesidade, em conjunto com exercícios físicos e mudança na alimentação, são: Lyrza (liraglutida), cujo registro foi concedido à empresa Farma Vision Importação e Exportação de Medicamentos Ltda, da mesma empresa indiana Biocon; Wylovol (liraglutida), fabricado pela Biocon e comercializado, no Brasil, pela Farma Vision.

Com os cinco novos registros publicados no Diário Oficial da União, a Anvisa já aprovou um total de 20 canetas de GLP-1 em 2026. (Agência Brasil)

Justiça Eleitoral reabre cadastro e retoma serviços ao eleitor

A Justiça Eleitoral reabriu o cadastro eleitoral em todo o país na terça-feira (3). Com a retomada dos serviços, eleitores podem voltar a solicitar a emissão do primeiro título de eleitor, a transferência de domicílio eleitoral, a atualização de dados cadastrais e a regularização da situação eleitoral.

Os serviços podem ser acessados pelo Autoatendimento Eleitoral, disponível no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ou presencialmente em cartórios eleitorais, centrais e postos de atendimento.

Serviços disponibilizados: emissão do primeiro título de eleitor; transferência de domicílio eleitoral; atualização e correção de dados cadastrais; regularização da situação eleitoral

Pela internet, o eleitor deve selecionar o serviço desejado, preencher o requerimento e anexar a documentação exigida.

O acompanhamento da solicitação também pode ser feito pela plataforma. Em alguns casos, a Justiça Eleitoral poderá exigir comparecimento presencial.

O aplicativo e-Título continua disponível para consulta de informações eleitorais e acesso à versão digital do documento.

O serviço inclui a emissão da certidão de quitação eleitoral pelo portal do TSE. O documento comprova que o eleitor está em dia com suas obrigações eleitorais e pode ser exigido em situações como posse em cargo público e matrícula em instituições de ensino.


Foto: Rafa Neddermeyer/ABr

O cadastro eleitoral estava fechado desde 7 de maio para permitir a preparação das Eleições 2026. (Agência Brasil)